



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

– COM COTA RESERVADA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP

PROCESSO nº CAMPREV.2022.00001334-88

OFERTA DE COMPRA Nº 824405801002023OC00004

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

INTERESSADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS - CAMPREV

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de microcomputadores novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02 Lei Complementar Federal n.º 123/06, Lei Complementar nº 147/14 e Decretos Municipais, 11.447/94, 14.218/03, 14.356/03, 14.440/03, 14.602/04, 15.081/05, 16.187/08 e 18490/14.

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/04/2023

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/04/2023 – as 09h30min

O **Instituto de Previdência Social do Município de Campinas - CAMPREV**, por intermédio do Senhor **Diretor Administrativo**, nomeado como subscritor do Edital, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a **Rua: Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália – Campinas/SP- CEP: 13036-210**, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o supra referido, conforme especificações e quantitativos constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus



representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

1.1. Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Declarações;

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial Escrita;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo VI – Modelo de Termo de Ciência e de Notificação

2. DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES, DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO, DO SOFTWARE BÁSICO, DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA, DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE, DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DA SUBCONTRATAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

2.1. O fornecimento e as Condições de entrega dos produtos, as Obrigações da Empresa Vencedora, a Vigência, as Condições de Pagamento, serão conforme descritos no **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.2. A dotação e a origem dos recursos serão as abaixo especificadas:

54301.04.122.1023.4211.449052.04.690

2.3. Em cumprimento ao art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, o item 2 representa Cota Reservada à participação exclusiva de ME e EPP; e Item 3 exclusivo para ME/EPP, conforme detalhado no Termo de Referência – Anexo I;



2.3.1. As cotas principais e reservada serão licitadas pelo CAMPREV de forma simultânea e independente;

2.3.2. Toda licitante na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá participar da Cota Principal;

2.3.3. Se a disputa relativa à cota reservada resultar deserta ou fracassada, o CAMPREV poderá submeter o mesmo item de contratação à participação ampla, em outra sessão pública, antes de recorrer à contratação direta prevista no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.3.4. Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, o Pregoeiro negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, antes de concluída a fase de aceitabilidade dos preços da segunda negociação, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor;

2.4. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.6 (empate ficto), bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no subitem 6.2.7.1 (comprovação de regularidade fiscal), a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

2.5 Preço unitário estimado

Item	Cód. Bec	Descrição	Valor unitário estimado	Quantidade	Valor total estimado
1	6154620	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de Referência (ampla concorrência)	R\$ 7.182,50	60	R\$ 430.950,00
2	6154620	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de Referência	R\$ 7.182,50	20	R\$ 143.650,00



		(cota reservada)			
3	5837880	Notebook, conforme item 2.4 do Termo de Referência (participação exclusiva)	R\$ 7.000,00	07	R\$ 49.000,00

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com o CAMPREV **que estiverem registrados no CAUFESP**, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.2. O registro no **CAUFESP**, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

3.3. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no **CAUFESP**, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

3.4. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema **BEC/SP**, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame, ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3.5. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.



3.6. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

3.7. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame, sem contestações.

3.8. Não poderão participar desta licitação empresas:

3.8.1. Temporariamente suspensas de licitar e impedidas de contratar com o **Município de Campinas;**

3.8.2. das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Campinas;

3.8.3. em consórcio;

3.8.4. com falência decretada;

3.8.5. nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador;

3.8.5.1. Para os fins deste Edital, considera-se agente político: o Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito, o Presidente ou o Diretor Presidente de entidades da Administração indireta e os Secretários municipais.

3.8.6. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público, conforme previsto no inciso IV do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, Súmula 51 do TCE/SP e não reabilitadas.

3.8.7. Direta ou Indiretamente suspensas temporariamente de licitar e/ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 (Súmula 51 do TCE/SP).

4. PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser enviadas (**SEM QUALQUER VISLUMBRE DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**) por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção **PREGAO – ENTREGAR PROPOSTA**, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura



da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

4.2. As propostas de preço deverão conter os seguintes elementos:

4.2.1. Descrição detalhada (rigorosamente, nos termos das especificações do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**), **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM ofertado**, em moeda corrente nacional, em algarismos, **com no máximo 2(duas) casas decimais**, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: **FRETE (para entrega em Campinas – SP)**, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

4.2.2. MARCA /MODELO/FABRICANTE do ITEM ofertado;

4.2.2.1. Qualquer vislumbre de identificação da LICITANTE, nesta fase, ensejará sua **DESCCLASSIFICAÇÃO**;

4.2.2.2. Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria LICITANTE, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, “MODELO PRÓPRIO” OU “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO, nos termos do subitem 4.2.2.1;

4.2.2.3. A identificação da Licitante classificada em Primeiro Lugar só ocorrerá nas fases de NEGOCIAÇÃO e ACEITABILIDADE DE PREÇOS.

4.3. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, contado a partir da data de apresentação da proposta e ou lance.

4.4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4.5. Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis.

4.6. A apresentação da proposta implica a aceitação pela licitante:

4.6.1. Do prazo de validade da proposta, de **90 (noventa) dias** contados da data da entrega da proposta, e validade do lance, de **90 (noventa) dias** contados da data da abertura da sessão pública do pregão. Decorridos esses prazos, sem convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;



4.6.2. De que o técnico do CAMPREV avaliará, durante a sessão, a necessidade de entrega de **Amostra** pela **Licitante classificada em Primeiro Lugar** para cada item ofertado (nos termos do item 3.1 do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**), e que, se for o caso, a mesma será entregue na Sede do Instituto localizado na Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália – Campinas - SP CEP 13.036-210;

4.6.3. Da descrição dos equipamentos, do prazo da Contratação, das obrigações da Contratada, do prazo de pagamento, nos termos do **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**;

4.6.4. De sua vinculação ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

4.6.5. De que é totalmente responsável pela sua proposta e os lances decorrentes. Só poderá desistir da proposta até momentos antes do início da sessão, através do site da BEC;

4.7. De todos os demais termos e condições previstos no edital e seus anexos em todos os seus detalhamentos.

4.8. Será considerado vencedor o proponente que apresentar **MENOR PREÇO POR ITEM** (conforme previsto no **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**), e satisfeito todos os termos.

5. PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA:

5.1. O arquivo contendo a Proposta Comercial preenchida (nos termos do modelo de que trata o **ANEXO III**) **SERÁ ENVIADA SOMENTE PELO AUTOR DA OFERTA DE MENOR VALOR (ARREMATANTE)**, na fase de aceitabilidade de preços, quando poderá ser objeto de apreciação por todas as licitantes. Deverá conter:

5.1.1. Designação do número desta Licitação, do Processo Administrativo e o Objeto do Pregão;

5.1.2 Descrição detalhada contendo **Código BEC**, quantidade solicitada, valor unitário e valor total de cada item e valor total da Proposta, expressos em números com no máximo duas casas decimais, rigorosamente, sendo desprezadas as demais, nos termos das especificações do **ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**;



5.1.3 Marca/modelo de fabricação de cada item que deverão ser os mesmos da(s) proposta(s) eletrônicas apresentadas;

5.1.4. Identificação completa da LICITANTE Classificada em Primeiro Lugar, contendo: nome, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone e e-mail de contato. Dados bancários, contendo o número do Banco, número da Agência, nome da Agência e número da conta corrente, com código verificador.

5.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, inclusive os tributos eventualmente devidos, bem como o frete para fornecimento do(s) produto(s) em Campinas-SP e as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito ao proponente de reivindicar custos adicionais:

5.2.1. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Habilitação jurídica

6.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou empresa individual de Responsabilidade Limitada;

6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social **em vigor**, ou seja, o contrato de constituição com **todas** as alterações ou a sua consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresária ou cooperativa;

6.1.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresariais ou cooperativas;

6.1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.5. Certidão da Junta Comercial para comprovação da condição de



ME/EPP, quando for o caso.

6.1.6. Ato constitutivo atualizado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

6.2. Regularidade fiscal e trabalhista

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual do domicílio ou sede da Proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3.1 A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada pela apresentação da **Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** (que deve abranger inclusive as contribuições sociais - Seguridade Social - INSS) emitida – se a Proponente assim o preferir – através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via Internet (Portaria conjunta RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

6.2.3.2 A regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser comprovada pela apresentação da Certidão de Regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;

6.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitida - se a Proponente assim o preferir - através de sistema eletrônico, ficando nesse caso sua aceitação condicionada à verificação de sua veracidade via Internet;

6.2.5. Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/11, emitida, se a Proponente assim o preferir, através de sistema



eletrônico, podendo ser obtida no site: www.tst.jus.br; ficando nesse caso sua aceitação condicionada à verificação de sua veracidade via Internet;

6.2.6. A licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos. Exceção aos casos de recolhimento centralizado dos tributos;

6.2.7. As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e as Cooperativas de Consumo (COOP), deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal, ainda que tenha alguma restrição, além de um dos seguintes documentos:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

b) As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

c) As Cooperativas de Consumo (COOP) deverão encaminhar, além de seu Ato Constitutivo, o seguinte documento para aferição da equiparação às ME's e EPP's de que trata o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07: Demonstração de Resultados de Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional.

6.2.7.1 Havendo alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do CAMPREV, contados da data de publicação da Homologação e Adjudicação, para regularização dos documentos;

6.2.7.2 A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

6.2.7.3 A comprovação de regularidade fiscal somente será exigida conforme prevista em Lei;



6.2.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas;

6.2.9. Caso exista fato impeditivo da habilitação, obriga-se a Proponente a declará-lo sob as penalidades legais, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Art. 32, parágrafo 2º, com suas alterações;

6.2.10. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

6.2.11. Os documentos apresentados serão oportunamente anexados ao processo relativo a presente licitação;

6.2.12. As certidões de regularidade cuja autenticidade depende de comprovação pela internet serão, durante a sessão da licitação, consultadas nos respectivos sítios eletrônicos;

6.2.13. Durante a sessão, complementarmente à análise da documentação de habilitação, será verificada ainda a situação da licitante quanto à eventual existência de sanções administrativas.

6.3. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.3.1. Certidão Negativa de Pedido de processo de recuperação judicial e extrajudicial, falência, insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data limite para a realização da sessão. No caso de Certidão Positiva para a(s) licitante(s) em Recuperação Judicial ou Extrajudicial, poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.3.1.1. Se a licitante for cooperativa, a certidão do subitem 6.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil;

6.3.2. O CAMPREV poderá requisitar diligências para que sejam trazidas e atualizadas informações do Poder Judiciário quanto ao cumprimento do plano de recuperação judicial deferido;



6.3.3. No ato da homologação desta licitação, a adjudicatária deverá comprovar adicionalmente:

a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a adjudicatária está cumprindo o plano de recuperação judicial.

b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.3.4 – Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, assinados por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica, vedada a sua substituição por balancetes ou Balanços Provisórios.

6.3.4.1 – No caso específico de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S. A.), o Balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial do Estado ou cópia dos referidos documentos devidamente registrados na Junta Comercial.

6.3.4.2 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial assinado por bacharel ou técnico em ciências Contábeis, legalmente habilitado, constando nome completo e registro profissional, referente ao último exercício social exigível.

6.3.4.3 – As sociedades constituídas a menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

6.3.5. – Comprovar que possuem Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG) iguais ou maiores que 01 (um).

6.3.5.1 – Caso a empresa tenha ILG menor do que 01 (um), estará habilitada neste item se comprovar que possui índice de solvência geral (ISG) igual ou maior que 1,5 (um e meio).

6.3.5.2 – As seguintes definições de índices financeiros se aplicam neste subitem: **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)** - indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.



$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) - indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

Passivo Circulante + exigível a longo prazo

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) – Indica o quanto que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo}}$$

6.3.6 - Prova de Capital Social de, no mínimo, R\$ 43.095,00,00 (quarenta e três mil e noventa e cinco reais) para o item 1, R\$ 14.365,00 (quatorze mil trezentos e sessenta cinco reais) para item 2 e R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) para o item 3, extraída do Balanço Patrimonial do último exercício social, podendo o mesmo ser atualizado até a data da entrega das propostas, comprovado através da apresentação do Ato Constitutivo em vigor ou Certidão simplificada.

6.4. DECLARAÇÕES.

Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando que (modelo **ANEXO II**):

6.4.1. não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre à menores de **18 (dezoito)** anos, e qualquer trabalho a menores de **16 (dezesesseis)** anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de **14 (catorze)** anos.



6.4.2. Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

6.4.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas na legislação;

6.4.4. Conhece o Edital e seus Anexos e se submete, incondicionalmente, as condições/instruções nele expressas, em especial as constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**,

6.4.5. Se vencedora, apresentará no prazo máximo de até **02 (dois) dias**, após a data da Sessão Pública, para a Equipe de Pregão, a documentação de habilitação original (exceto aqueles documentos eletrônicos cuja autenticidade já tenha sido aferida nos respectivos sítios dos órgãos emissores, tais como FGTS, CNDT, entre outros), bem como a Proposta Comercial Escrita (modelo **ANEXO III**), com os valores readequados, de acordo com o preço negociado no pregão;

6.4.5.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel;

6.4.6. (Se for Cooperativa), que possui registro perante a Organização das Cooperativas Brasileiras, ou da entidade, se houver, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764 de 14 de julho de 1971.

6.4.7. Para o caso de empresa em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo está sendo cumprido;

6.4.8. Para caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;



6.5- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistir-se-á em:

6.5.1.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistir-se-á em no mínimo 01 (um) Atestado, fornecido por uma pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a licitante já ter fornecido o objeto licitado, devendo ser pertinente com as exigências constantes do edital e seus anexos.

6.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

7.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

7.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.2.1. Serão desclassificadas as Propostas:

- a) Que não atendam às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresente preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- d) Cujas(s) proposta(s) escrita(s) apresentem características diversas das Proposta(s) Eletrônica(s).



e) que não entregarem, ou tiverem rejeitada(s) a(s) **Amostra(s) prevista(s)** no item **3.1 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA), caso solicitada(s).**

7.2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;

7.2.3. Serão desconsideradas propostas de empresas que não se enquadrem como ME/EPP/COOP, para os itens 2 e 3;

7.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

7.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas;

7.4. Etapa de lance. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas;

7.4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

7.4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles conforme tabela abaixo.

7.4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **preço unitário do item.**

ITEM	Cód. BEC	DESCRIÇÃO	REDUÇÃO MÍNIMA
1	6154620	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I (ampla concorrência)	R\$ 60,00
2	6154620	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de	R\$ 60,00



		Referência - Anexo I (cota reservada)	
3	5837880	Notebook, conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo - I(participação exclusiva)	R\$ 50,00

7.4.1.2. A redução será sobre o **PREÇO UNITÁRIO PARA CADA ITEM**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem **2 (dois)** ou mais lances do mesmo valor.

7.4.2. A etapa de lances terá a duração de **15 (quinze) minutos**;

7.4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos **3 (três) minutos** do período de que trata o subitem **7.4.2** ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática;

7.4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem **7.4.2.1**, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação;

7.4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

7.4.3.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

7.4.3.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

7.4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem **7.4.2**.

7.5. Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

7.5.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.



7.6. Empate ficto. Com base na classificação a que alude o subitem 7.5, será assegurada às licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

7.6.1 A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio;

7.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais Microempresas e Empresas de Pequeno porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 7.6.1;

7.6.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 7.5, seja Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço;

7.7. Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com base na classificação de que trata o subitem 7.5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço;

7.7.1. Após a negociação, o Pregoeiro solicitará o envio da Proposta escrita.

7.8. Amostra. Caso, na interpretação da equipe do CAMPREV, houver a necessidade Amostra(s) para algum item, o Pregoeiro suspenderá a sessão, abrindo prazo para este fim;

7.8.1.1. Em caso de não entrega, ou rejeição da (s) amostra (s), a LICITANTE terá sua oferta para o(s) respectivo(s) item(ns), DECLASSIFICADA;



7.8.2. Aceitabilidade. O critério de **ACEITABILIDADE DOS PREÇOS** será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado e coerentes com a execução do objeto ora licitado, além da análise da(s) Amostra(s);

7.8.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da Proposta de Preços ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência na forma do § 3º do artigo 43 da Lei federal nº 8.666/1993;

7.8.2.2. A licitante que deixar de apresentar a documentação pedida pelo Pregoeiro, ou qualquer outra solicitação sua, no prazo que este fixar, será DESCLASSIFICADA;

7.9. Considerada aceitável a oferta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA CADA ITEM**, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do **CAUFESP** e extraídos dos documentos indicados no item **6** deste Edital;

b) Caso os dados e informações constantes no **CAUFESP** não atendam aos requisitos estabelecidos no item **6** deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, via chat do sistema **BEC**;

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem **7.9**, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de



ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Nos termos do Art. 43. paraf. 1º da Lei complementar 123/06, para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, sendo concedido o prazo legal de **05(cinco) dias úteis** para apresentação dos novos documentos, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens **6.2 e 6.3**, deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

f) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

g) As demais licitantes poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro informará o teor dos documentos recebidos por e-mail ou outro meio eletrônico.

7.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “e”, do subitem **7.9**, deverá comprovar sua regularidade fiscal e/ou trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A comprovação de que trata o subitem **7.10** deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “e”, do subitem **7.9**, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem **7.11**, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e/ou trabalhista de que tratam os subitens **7.10** e **7.11**.

7.13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e/ou trabalhista de que tratam os subitens **7.10** e **7.11**, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem **7.11**.



7.14. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, nos moldes dos subitens **7.10** e **7.11**, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem “**7.5**”, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.15. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante:

7.15.1. a não apresentação da documentação exigida para habilitação;

7.15.2. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido (ressalvado o disposto no subitem **7.11**, deste Edital);

7.15.3. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão.

7.15.4. a mesclagem de documentos de regularidade fiscal de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com o **FGTS** e **INSS**, quando houver recolhimento centralizado desses tributos.

7.15.5. o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

7.16. Após o encerramento da Sessão, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá enviar os **originais, cópia autenticada por Cartório** ou por **publicação de órgãos da imprensa oficial** ou **comprovantes extraídos via internet** (sujeitos estes a verificação da validade) dos documentos apresentados para fins de habilitação, bem como a Proposta Escrita original, para o Setor de Compras – CAMPREV, sito na **Rua: Pastor Cícero Canuto de Lima, 4014 – Parque Itália– CEP 13.036-210 – CAMPINAS – SP** (exceto aqueles documentos eletrônicos cuja autenticidade já tenha sido aferida nos respectivos sítios dos órgãos emissores, tais como FGTS, CNDT, entre outros).

7.17. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.



8.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista nos moldes do subitens **7.10 a 7.13**, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema;

8.2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem **8.1**, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de **3 (três) dias** após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no Setor de Compras – CAMPREV, sito na **Rua: Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália– CEP 13.036-210 – CAMPINAS – SP.**

8.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos, por meio eletrônico, no sítio: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. opção **RECURSO**.

8.3. A falta de interposição na forma prevista no subitem “**8.1**” importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro proporá à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório;

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

8.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, **respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.**

9.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:



9.2.1. Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a **15 (quinze) minutos**, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

9.2.2. durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

9.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10. DOS PRAZOS, LOCAL E FORMA DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Aos prazos, local e forma de entrega dos itens e as condições de pagamento seguirão, rigorosamente, as condições previstas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

11 – DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – A melhor proposta terá seu preço registrado em seus **VALORES UNITÁRIOS**.

11.2 – O CAMPREV convocará a **LICITANTE VENCEDORA** no prazo previsto na Notificação, para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, cuja minuta integra este Edital, **ANEXO IV**, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida no item **12**;

11.2.1. O prazo para a assinatura da **ATA** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo INSTITUTO.

11.2.2. No ato da assinatura da **ATA** a **VENCEDORA** se obriga a apresentar os seguintes documentos:

11.2.2.1. Procuração ou contrato social;

11.2.2.2. Cédula de identificação;

11.2.2.3. Termo de Ciência e de Notificação;

12. DAS PENALIDADES



12.1. A Licitante que apresentar documentação inverossímil, praticar atos ilícitos ou falta grave ou cometer fraude, será inabilitada ou desclassificada, sujeitando-se, ainda, segundo a gravidade da falta cometida, à aplicação das seguintes penalidades:

12.1.1. suspensão temporária do direito de licitar com o Instituto de Previdência Social Municipal de Campinas - CAMPREV, bem como impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

12.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

12.1.3. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de **05 (cinco) anos da declaração**, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir o CAMPREV pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

12.2. A desistência da proposta, lance ou oferta, dentro do prazo de sua validade, a não apresentação dos Memoriais no prazo estabelecido ou a não regularização da documentação de regularidade fiscal no prazo previsto, a recusa em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou não aceitar ou retirar o Instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, ou a não comprovação da condição de ME ou EPP ensejarão a cobrança pelo CAMPREV, por via administrativa ou judicial, de multa de até **30%** (trinta por cento) do valor total da proposta, lance ou oferta, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no subitem **12.1.1**.

12.3. Por descumprimento das cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666 /93 e Art. 7º da Lei 10.520/02):

12.3.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** concorrido diretamente.

12.3.2. multa, nas seguintes situações:



12.3.2.1. De **0,4%** (quatro décimos por cento) do valor da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, por dia de atraso na retirada da Ordem Fornecimento, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da **ADMINISTRAÇÃO**, poderá ser promovida a rescisão unilateral da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

12.3.2.2. **12.3.2.2. 0,4%** (quatro décimos por cento), incidente sobre o valor da ordem correspondente, por dia de atraso em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, ou for observado atraso no desenvolvimento das obras ou serviço em relação ao cronograma físico, até o décimo quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**;

12.3.2.3. Em caso de rescisão unilateral da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** pela Administração, decorrente do que prevê este subitem, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até **30%** (trinta por cento) do valor total da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com a gravidade da infração.

12.3.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até **02 (dois)** anos (Lei nº 8.666/93, art. 87, inciso III).

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

12.3.4.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de **05 (cinco) anos** da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir o CAMPREV pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição. (Lei nº 10.520/02, art. 7º).

12.4. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

12.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.6. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Instituto de Previdência Social do Município de Campinas - CAMPREV.



12.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação, sendo permitida para a execução dos serviços de **transporte e garantia**.

14. DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

14.1. Fica dispensada a garantia contratual, conforme faculta o artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O Edital estará disponível, para **download**, na página www.bec.sp.gov.br, na página www.bec.fazenda.sp.gov.br e na página <https://camprev.campinas.sp.gov.br>

15.2. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

15.3. Quando todas as licitantes forem desclassificadas ou inabilitadas, poderá o Pregoeiro fixar-lhes o prazo de **08 (oito) dias** para apresentação de outras propostas ou novas documentações escoimadas das causas que ensejaram o ato de desclassificação ou inabilitação.

15.4. Da sessão será lavrada ata com a relação das empresas licitantes e todas as ocorrências que interessarem ao certame.

15.5. O Pregoeiro, ou autoridade superior, poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

15.6. O Pregoeiro ou autoridade superior poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas na matéria objeto desta licitação.



15.7 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

15.7.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção **EDITAL**.

15.7.2. As impugnações e os esclarecimentos serão respondidos pelo subscritor do Edital, no prazo de até **1 (um) dia útil**, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

15.7.3. A ausência de impugnação implicará a aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

15.7.4. As consultas de que trata o subitem acima não constituirão, necessariamente, motivos para que se altere a data e o horário do Pregão.

15.8. A apresentação das Propostas implica a aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos

15.9. Qualquer modificação no edital dar-se-á pelos sítios www.bec.sp.gov.br e <https://camprev.campinas.sp.gov.br/> e por publicação, nos termos da legislação vigente.

15.10. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

15.11. O resultado final deste procedimento licitatório será divulgado por meio de publicação no Diário Oficial do Município de Campinas.

15.12. Quaisquer questões referentes ao presente certame poderão ser sanadas através do site da BEC.

15.13. A contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos obedecerá ao que se segue:



15.13.1. O início da contagem de prazos será o **1º (primeiro) dia** útil subsequente ao da publicação do instrumento de convocação ou da notificação do interessado.

15.13.2. Havendo publicação em dia não útil, considera-se a publicação como realizada no primeiro dia útil subsequente.

15.13.3. Só se iniciam e vencem prazos nos dias de expediente normal na **CAMPREV.**

15.14. Fica designado o foro da Comarca de Campinas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Campinas, 11 de abril de 2023

Denilson Pereira de Albuquerque
Diretor Administrativo Camprev

**Anexo I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 – OBJETO**

1.1 **Registro de preços para fornecimento de microcomputadores** novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**2.1 – Cota principal destinada a ampla concorrência**

Item	Descrição	Qtde total
01	Desktop	60

2.2 – Cota reservada/ exclusiva para ME/EPP/COOP

Item	Descrição	Qtde total
02	Desktop	20

2.3. Exclusiva para ME/EPP/COOP

Item	Descrição	Qtde total
03	Notebook	07

2.4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - ITENS 01, 02 e 03

Itens	Especificação
	DESKTOP
	CPU



01 e
02

PROCESSADOR: Possuir pontuação mínima de 16.000 no índice PassMark (<https://www.cpubenchmark.net/>)
MEMÓRIA **RAM: 8 Gigabytes** de velocidade DDR4;
PLACA MÃE: Possuir 2 slots de memória DDR4, sendo que um slot deve estar livre de forma a permitir o acréscimo de um módulo de memória RAM de 8 Gigabytes, totalizando 16 Gb;
ARMAZENAMENTO: 256Gb SSD M.2 e barramento PCIe NVMe ; *
FONTE: padrão ATX; 110-240V **automático**, certificação 80+ bronze ou apresentar evidência de testes conforme abaixo ** ;
Características: Possuir conexão para vídeo HDMI; **saída de vídeo extra VGA**; conexão de Rede Gigabit (10/100/1000); 4 portas USB sendo no mínimo 1 porta USB 3.0 ***; e um conector de encaixe de Segurança estilo Kensington ;
Certificados: Energy Star ; TUV; RoHs; EPEAT Silver;
Gabinete : Formato “Small Factor”, SFF; com volume máximo de 13.000cm³ (13 Litros); Sistema de Segurança incluso no chassi do equipamento, sem uso de adaptadores e/ou a possibilidade de adicionar cadeado em local específico original de fábrica para evitar acesso ao interior do gabinete;
KIT TECLADO E MOUSE: Teclado padrão escritório padrão ABNT2 , 107 teclas, teclado numérico, Conexão USB, cor preta; Mouse com sensor óptico de 1000 dpi, confortável para uso na mão direita ou esquerda, cabo com 1,2m de comprimento. Serão aceitas propostas com teclado e/ou mouse sem fio.

Referências: Fabricante Dell Família Optiplex 3000 ou Lenovo ThinkCentre Neo 50s cód 11T000C7BO

WINDOWS: 10 PRO 32 e 64 BITS capaz de trabalhar em redes com Domínio (AD), em regime OEM (*instalação e licença OEM Activation*) pré- ativado, sem nenhum software de terceiros instalado. Será aceita uma versão superior como Windows 11 Pro, desde que de mesmas características.

TELAS de 21” com tecnologia LED ou LCD, resolução nível HD (1280x 720 pixels) * . Deve possuir 1 conexão Digital HDMI , Certificado Energy Star v5.0 * ,



	<p>* - para os itens indicados serão aceitos especificação mais atual, superior: maior tamanho ou desempenho.</p> <p>** - Fonte: Ser capaz de apresentar eficiência mínima de 85% quando submetida à 50% de carga em todas as saídas . Assim como o Fator de Potência (relação entre Potência Ativa e Reativa) igual ou superior a 0,9 .Frisando que o certificado 80+ Bronze pode ser apresentado no lugar, como evidência.</p> <p>*** - USB: serão aceitas portas com especificação, com velocidade superior a indicada, por exemplo USB 3,2. Mas não sera considerada na quantidade portas que sejam de outro formato físico como portas USB-C .</p>
3	<p><u>Especificação:</u></p> <p>NOTEBOOK</p> <p>PROCESSADOR: Possuir pontuação mínima de 16.000 no índice PassMark (https://www.cpubenchmark.net/) ;</p> <p>MEMÓRIA RAM: 08 Gigabytes de velocidade DDR4;</p> <p>ARMAZENAMENTO: disco rígido de 256Gb SSD M.2 e barramento PCI - Express;</p> <p>TELA; de 15" com resolução em HD, com anti reflexo (anti glare)</p> <p>BATERIA/ FONTE: bateria com 2 ou mais elementos de Litio (LI-ion) e fonte /carregador para 100-240 VAC Automático;</p> <p>TECLADO: Português Brasil,</p> <p>Possuir conexão para vídeo HDMI padrão (não pode ser o mini); conexão de Rede com RJ45, velocidade Gigabit (1000 Mbps); rede Wifi com velocidade mínima de 150 Mbps (referencia: padrão N) ; Alto falante para reprodução do áudio proveniente da interface de som; conexão para fones de ouvido com plug de 3,5"; 2 portas USB sendo no mínimo 1 porta USB 3.x; Slot de segurança para fixação de "lock"; possuir Webcam embutida</p> <p>Certificados: Energy Star ; TUV; RoHs; EPEAT Silver;</p> <p>* - será aceito em todos itens a especificação indicada ou superior: de maior tamanho ou performance.</p> <p>Referencias: Fabricante Dell, linha Inspiron 15 3511 ou Lenovo V15 Gen1 Cód 82NQ0002BR</p>



<p>WINDOWS: 10 PRO 32 e 64 BITS capaz de trabalhar em redes com Domínio (AD), em regime OEM (<i>instalação e licença OEM Activation</i>) pré- ativado, sem nenhum software de terceiros instalado. Ou versão superior como Windows 11.</p>

2.5. Cota Reservada

2.5.1. Os quantitativos, objeto deste termo de referência, estão divididos em Cota Principal, aberta a todos os interessados que atendam às exigências deste edital; Cota Reservada à participação exclusiva de ME e EPP; e Item exclusivo para ME/EPP. Em atendimento à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2.5.3. Os licitantes enquadrados como ME/EPP poderão cotar tanto para Cota Principal quanto para Cota Reservada. Os demais licitantes, não enquadrados como ME/EPP, somente poderão cotar a Cota Principal.

2.5.5. Se o mesmo licitante vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

3 – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

3.1 – HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA

3.1.1. O INSTITUTO PODERÁ SOLICITAR à ofertante do menor preço amostra de uma unidade de cada equipamento (desktop/notebook), bem como da pertinente documentação técnicas como manuais do fabricante e certificados, para verificar, com base nas especificações técnicas do fabricante do equipamento, se estes atendem aos requisitos que constam deste Termo de Referência.



3.1.2. O Instituto se resguarda o direito de eventualmente fazer testes manuais para verificar informações que constem na documentação técnica, ou que dela estejam ausentes. Assim como utilizar de outras fontes como certificação CISPR22 ou IEC 60950 do equipamento em análise.

3.1.3. Caso seja solicitada a amostra, a licitante detentora da melhor oferta (arrematante) deverá apresentar no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do dia útil subsequente ao encerramento da etapa de lances da sessão pública, 01 (uma) amostra do(s) item (ns) arrematado(s) para homologação da equipe técnica, devidamente identificada com o nome da licitante, número da licitação e número do item na sede do Instituto, Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália – Campinas /SP – CEP 13036-210, em horário comercial, de segunda a sexta feira.

3.1.4. O equipamento apresentado como amostra integrará o quantitativo final.

3.2 – ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

3.2.1 – A **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** deverá efetuar a entrega dos equipamentos tipo desktop (itens 1 e 2) em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento com respectivo empenho.

3.2.2 – A **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** deverá efetuar a entrega dos equipamentos tipo notebook (item 3) em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento com respectivo empenho.

3.2.3 – Os equipamentos deverão estar preparados para operação imediata, compreendendo a instalação prévia do sistema operacional, softwares e drivers dos dispositivos.

3.2.4 – Os equipamentos deverão ser entregues na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália – Campinas /SP – CEP 13036-210, em horário comercial, de segunda a sexta feira.

3.2.5 – Todas as despesas de transporte dos equipamentos correrão por conta da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**.

3.3 – CONDIÇÕES DE ACEITE DOS EQUIPAMENTOS



3.3.1 – Após a entrega dos equipamentos, o CONTRATANTE, disporá de um período de até 10 (dez) dias úteis para testes, quando então, verificará se os equipamentos atendem completamente todos os quesitos e condições do Termo de referência, compreendendo a comprovação do seu perfeito funcionamento, bem como, se a marca e modelo correspondem àquelas discriminadas na proposta e neste Termo de Referência.

3.3.2 – Satisfeitas todas as condições de testes, o CONTRATANTE emitirá o respectivo “Termo de Aceite Final”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

3.3.3 – Caso os equipamentos disponibilizados não correspondam ao exigido no Termo de Referência, ao ofertado na proposta e ao determinado em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** deverá providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data de notificação expedida pelo CONTRATANTE, a sua substituição, suspendendo-se neste período, o prazo de emissão do “Termo de Aceite Final”.

3.3.4 – As verificações que implicarem na abertura do equipamento deverão ser autorizadas por representante legal ou credenciado da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, a fim de preservar a garantia dos equipamentos e recolocação do lacre, se for o caso.

3.3.5 – Os componentes deverão ser idênticos para as unidades de cada modelo/lote, a fim de facilitar a identificação de alterações de comportamento em relação às aplicações utilizadas pelo CONTRATANTE.

3.3.6 – A **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** deverá entregar juntamente com os equipamentos, as respectivas documentações técnicas em português, que contemplem as atividades de instalação, a compreensão completa do uso, customização e configuração dos equipamentos para que se possa verificar o perfeito funcionamento dos mesmos.

3.4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.4.1 O CAMPREV procederá ao pagamento 10 (dez) dias corridos, após a emissão do Termo de Aceite.

3.4.2 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** ao Gestor do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que somente atestará a entrega do serviço e encaminhará o referido documento fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições definidas neste Termo de Referência.

3.4.3 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à **DETENTORA DA ATA**



DE REGISTRO DE PREÇO e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CAMPREV.

3.4.4 No caso de eventual atraso no pagamento, cuja razão seja atribuível ao CAMPREV, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data final do período de adimplemento até a do efetivo pagamento, pelo IPC – FIPE.

3.4.5 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** para as correções solicitadas, não respondendo o CAMPREV por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

3.4.6 Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

3.5 – GARANTIA E SUPORTE

3.5.1. Especificação técnica prévia da garantia:

3.5.1.1 O equipamento ofertado deverá constar do site do fabricante como produto em linha, com garantia no local, “On-site”.

3.5.1.1.1 O equipamento proposto deverá possuir garantia mínima de 60(sessenta) meses on-site do fabricante para os itens 01 e 02 e garantia mínima de 36(trinta e seis) meses on-site do fabricante para o item 03, incluindo reposição de peças originais, ou seja, homologadas pelo fabricante.

3.5.1.2. Caso o equipamento apresente qualquer defeito que impossibilite sua plena utilização, durante os primeiros 30 (trinta) dias desde a data de entrega no Instituto de Previdência Social do Município de Campinas, o mesmo deverá ser substituído em até 03 (três) dias úteis após abertura do chamado.

3.5.1.3. A garantia, suporte técnico e a manutenção de hardware dos equipamentos deverão abranger a solução de problemas ocasionados pelo mal funcionamento e defeitos apresentados, contemplando o reparo e substituição de peças defeituosas por outra nova, de performance equivalente ou superior.

3.5.1.4. Durante o período de garantia, a manutenção de hardware dos equipamentos e dispositivos que integram o equipamento, inclusive teclado e mouse, deverá seguir os prazos estabelecidos, o *SLA*:

3.5.1.4.1. O atendimento deverá ser iniciado em até, no máximo, 01 (um) dia útil e poderá iniciar com orientações por telefone. Havendo a necessidade de reposição ou envio de peças, esta deverá ser sanada em até 03 (três) dias úteis.



3.5.1.4.2. Esses atendimentos só devem ser feitos diretamente pelo fabricante ou através da sua rede de assistência técnica.

3.5.1.4.3.A solução definitiva, seja através do reparo ou substituição do equipamento, será de até 07 (sete) dias úteis, a partir da comunicação do defeito realizada pelo Contratante à Contratada, conforme sistema de registro da própria Contratante.

3.5.1.4.3.1. Caso seja necessária a substituição, o equipamento defeituoso deverá ser substituído por outro com características e capacidades iguais ou superiores, caso contrário o Instituto poderá aplicar as penalidades estabelecidas no Edital e previstas em lei.

3.5.1.4.4. Dos chamados ocorridos a cada ano de vigência, 95% deles devem ter o referido prazo cumprido, caso contrário o Instituto poderá aplicar as penalidades estabelecidas no Edital e previstas em lei.

3.5.1.4.5. Deverá haver o canal de atendimento para a assistência técnica e disponível no mínimo no regime 9x5, ou seja, 9 horas por dia, por 5 dias por semana. Feriados nacionais não inclusos.

3.5.1.5. Os chamados para solução de problemas com os equipamentos deverão receber um número para acompanhamento do usuário.

3.5.1.6. A empresa **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO A** deverá apresentar documentação que comprove que o fabricante:

3.5.1.7. Irá fornecer a garantia especificada, mesmo após o término da garantia legal especificada no código de defesa do consumidor;

3.5.1.8. Possui site na internet disponibilizando atualizações de drivers para uso com a versão de Windows fornecida junto aos equipamentos. E se mantendo disponível e atual durante o período.

3.5.1.9. Se durante o respectivo período de garantia on site o Windows instalado nas máquinas atingir o fim do suporte do fabricante Microsoft, e houver a opção de atualização: É de responsabilidade da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** oferecer suporte, drivers e tudo o que for necessário para a operação segura. Garantindo assim que o Instituto poderá sempre operar com uma versão de Windows adequada, sob suporte do Fabricante Microsoft.

3.6– CERTIFICAÇÕES

3.6.1. Os equipamentos (desktops/notebook) ofertado deverá possuir Atestado de Conformidade, com a diretiva RoHS (Restriction of the Use of Certain Hazardous Substances), demonstrando que este não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente, acima das quantidades permitidas; Comprovação de Certificação IEC 60950 e 61000 e/ou Portaria INMETRO n.º 170, de 10 de abril de 2012 e suas alterações posteriores

3.6.2. O equipamento deverá possuir atestado referente as normas brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e/ou ABNT NBR ISSO 14024, que estabelecem os



requisitos que as indústrias devem atender para obter a licença para uso da Marca ABNT de Qualidade Ambiental (Rótulo Ecológico ABNT).

3.6.3. O modelo, do equipamento ofertado, deverá estar listado pela Microsoft no seu catálogo de produtos compatíveis e certificados “HCL” (Hardware Compatibility List) em <https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl> ou, certificados de compatibilidade do equipamento obtidos junto a Microsoft, sendo compatível com Windows 10 versão 21h1 ou superior (Incluindo Windows 11). Garantindo assim uma operação adequada e sem riscos de instabilidade trazidos por componentes que não tenham sido previstos pelo fabricante do sistema operacional indicado. Em caso de peças de reposição, essa exigência também se aplica.

4. SOFTWARE BÁSICO

a) Para cada item (desktop e notebook) deverá possuir 01 (uma) Licença OEM do Sistema Operacional “Microsoft Windows 10 Professional” ou superior, versão 64 bits, em português (Brasil). Os equipamentos deverão vir com o Sistema Operacional “Microsoft Windows 10 Professional”, na versão 64 bits e em português (Brasil), instalado.

b) Fornecimento de um link que permita se fazer o download dos arquivos necessários para instalação ou reinstalação do sistema operacional, incluindo todos os drivers, no site do fabricante. Este link deverá permanecer ativo por todo o período de garantia e por um prazo de dois anos adicionais.

c) Se durante o respectivo período de garantia on site o Windows instalado nas máquinas atingir o fim do suporte do fabricante Microsoft, e houver uma opção de atualização: É de responsabilidade da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** oferecer o referido link e recursos para uma versão de Windows com suporte na ocasião. Garantindo assim que o Instituto poderá sempre operar com uma versão de Windows adequada, sob suporte do Fabricante Microsoft.

5. DA OBRIGAÇÃO DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Fornecer os produtos objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nas condições previstas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.2. Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto com defeito, conforme cláusula 3.5.1.2.

5.3. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem às especificações.

5.4. Atender a toda a legislação (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.



5.5. Manter durante toda a execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.

5.6. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Cumprir o prazo fixado para realização do(s) pagamento(s)

6.2 Permitir acesso dos funcionários da **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** ao local determinado para a entrega do objeto.

6.3. Comunicar à **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO** qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 A Ata de registro de Preço será válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.

8. SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. Para a execução dos serviços de **transporte** e **garantia** será permitida subcontratação;

a) A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e somente após a aprovação do Instituto os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados;

b) Este **CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com a empresa subcontratada**, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Dúvidas e esclarecimentos de ordem técnica devem ser encaminhados através do sistema da BEC.



ANEXO II DECLARAÇÕES (Papel timbrado preferencialmente)

A empresa, _____
endereço: _____, telefone() _____, e-
mail _____, CNPJ _____, por seu
representante legal, abaixo qualificado), declara que:

a) não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito),
e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de
aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de sujeição às
penalidades previstas na legislação;

d) Conhece o Edital e seus Anexos e se submete, incondicionalmente, a todas as
suas especificações /instruções nele expressas, em especial as constantes do
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

e) Se vencedora, apresentará no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis,
após a data da Sessão Pública, para a Equipe de Pregão, a documentação de
habilitação original, bem como a nova Proposta Comercial, bem como a nova
Proposta Comercial, com os valores readequados, de acordo com o (s) preço (s)
negociado (s) no pregão;

e.1) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de
processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da
legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em
relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos
originais e cópias autenticadas em papel;

f) (Se for Cooperativa), que possui registro perante a Organização das
Cooperativas Brasileiras, ou da entidade, se houver, nos termos do artigo 107 da
Lei Federal nº 5.764 de 14 de julho de 1971.



g) Para o caso de empresa em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo está sendo cumprido;

h) Para caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

_____, _____ de _____ 2023.

Nome:

Cargo:

RG

CPF

**ANEXO III**

Modelo da Proposta Comercial Escrita

PROCESSO ADMINISTRATIVO: CAMPREV.2022.00001334-88

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de microcomputadores novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

A empresa _____ (Razão Social, _____ CNPJ), sediada _____

(**endereço completo, inclusive CEP e telefone e e-mail de contato**) apresenta sua proposta comercial para o objeto especificado, de acordo com as condições estabelecidas no edital do Pregão em referência.

1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

Item Nº	Código BEC	Descrição	quant.	Marca /modelo/fabricante	Preço Unitário	Preço Total
1						

2.CONDIÇÕES GERAIS

Especificações, obrigação da contratada, condições, prazo e local de entrega, conforme **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**



Prazo para fornecimento: até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento com respectivo empenho.

Validade da proposta = **90 (noventa) dias**

Prazo de garantia: de 60(sessenta) meses para os itens 1 e 2 e 36 (trinta e seis) meses para o item 3 (nos termos do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA).

Local e data _____

Representante Legal

**Anexo IV****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2023****PROCESSO nº CAMPREV.2022.00001334-88****INTERESSADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS - CAMPREV****OBJETO: Registro de preços para fornecimento de microcomputadores**

novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 203 na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, em sua sede na Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Parque Itália – Campinas - SP, a **Instituto de Previdência Social do Município de Campinas**, CNPJ **06.916.689/0001-04**, devidamente representada, e a empresa _____, CNPJ _____ por seu representante legal, acordam proceder, nos termos dos Decretos Municipais nº 11.447/94 e alterações e, do edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários. **(Copiar da Proposta Vencedora)**

IT.	CÓDIGO BEC	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	61546 20	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I (ampla concorrência)	60 unid			
2	61546 20	Desktop, conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I (cota reservada)	20 unid			
3	58378 80	Notebook, conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I (participação exclusiva)	07 unid			

(Especificação completa vide ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA)Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de **12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.**



Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Campinas, ____ de _____ de 2023.

Marionaldo Fernandes Maciel
Presidente do CAMPREV

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunhas:

**Anexo V****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XX/2022****Processo SEI** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Interessado:** Instituto de Previdência Social do Município de Campinas - CAMPREV**Modalidade:** Pregão eletrônico xx/2023

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS - CAMPREV, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 06.916.689/0001-85, com sede na Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401, Parque Itália, CEP 13.036-210, devidamente representado, doravante denominado CONTRATANTE; e de outro lado, a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xx, Bairro xxxxxxxxx, cidade: xxxxx, CEP xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações na forma das cláusulas e condições a seguir acordadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Fornecimento de microcomputadores novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 - A entrega dos produtos será de acordo com o anexo I do Edital nº xx/2023, parte integrante deste Termo de Contrato:

2.1 – A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos equipamentos tipo desktop (itens 1 e 2) em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento com respectivo empenho.

2.1.1. A entrega será feita de forma parcelada, em até 60 (sessenta) dias corridos, com a quantidade para entrega e data de emissão da Autorização de Fornecimento estabelecidas pela CONTRATANTE;

2.2 – A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos equipamentos tipo notebook (item 3) em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento com respectivo empenho.

2.2.1. A entrega será feita de forma parcelada, em até 60 (sessenta) dias corridos, com a quantidade para entrega e data de emissão da Autorização de Fornecimento estabelecidas pela CONTRATANTE



2.3 – Os equipamentos deverão estar preparados para operação imediata, compreendendo a instalação prévia do sistema operacional, softwares e drivers dos dispositivos.

2.3 – A **vigência** do contrato inicia-se com a assinatura do contrato, encerrando-se no término do prazo de garantia do objeto.

2.3.1- O prazo de garantia do objeto deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Definitivo para os itens 1 e 2, e 36 (trinta e seis) meses para o item 3, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O preço unitário a ser pago para o item _____ (incluindo garantia on-site de 60 meses para itens 1 e 2 e 36 meses para o item 3) é de R\$ _____ (_____).

3.2- O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1- O CAMPREV procederá ao pagamento 10 (dez) dias corridos, após a emissão do Termo de Aceite.

4.2- A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA ao Gestor do Contrato, que somente atestará a entrega do serviço e encaminhará o referido documento fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições definidas neste Termo de Referência.

4.3- Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CAMPREV.

4.4- No caso de eventual atraso no pagamento, cuja razão seja atribuível ao CAMPREV, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data final do período de adimplemento até a do efetivo pagamento, pelo IPC – FIPE.

4.5- No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções



solicitadas, não respondendo o CAMPREV por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

4.6- Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4.7- O valor deste contrato permanecerá fixo e irrevogável.

4.8- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato.

4.9 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão no preço contratado, implicarão a revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

4.10- Na hipótese de solicitação de revisão do valor contratado, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, por meios de apresentação de planilhas detalhadas de custos, sendo uma a que origem ao preço mensal e a outra atualizada acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido (notícias de jornais/internet, análises e dados econômicos que provem e evidenciem o impacto desses aumentos no preço contratado, documentos que confirmem os fatos alegados, etc.) e que demonstrem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas em função da ocorrência extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETENÇÃO DOS IMPOSTOS

5.1 - Na ocasião do pagamento da Fatura, Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 9.430/96, Lei nº 8.212/91 e regulamentações, combinadas com as correspondentes Leis Municipais do local da prestação dos serviços contratados.

5.2 - Se a CONTRATADA gozar de tratamento diferenciado em virtude da Lei, seja na forma de benefícios ou isenções, deverá obrigatoriamente apresentar a comprovação do dispositivo legal ou regulamentar que lhe garantiu o direito, sob pena de retenção de tributos na fonte.



CLÁUSULA SÉXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes a presente Termo de Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento do Instituto sob o número XXXXX.XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXXXX.XX.XXXXX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1- A CONTRATADA deverá, além das obrigações assumidas no Pregão nº XX/2022:

7.1.1- Executar fielmente o objeto deste contrato, comunicando, imediatamente, ao representante legal da CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

7.1.2- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação;

7.1.3- A CONTRATADA é a responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Contrato, a sua inadimplência, com referência aos encargos citados, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento nos termos da cláusula 4, deste Termo de Contrato.

8.2. Disponibilizar todos os dados e informações necessárias em tempo hábil, para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial deste Edital, a **CONTRATADA** poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666 /93 e Art. 7º da Lei 10.520/02):

9.1.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente.



9.1.2. multa, nas seguintes situações:

9.1.2.1. de **0,4%** (quatro décimos por cento) do valor do **CONTRATADO**, por dia de atraso no fornecimento/prestação dos serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da **ADMINISTRAÇÃO**, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato ou documento equivalente;

9.1.2.2. de **0,4%** (quatro décimos por cento), incidente sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total ou parcial, bem como por dia de atraso em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, ou for observado atraso no desenvolvimento das obras ou serviço em relação ao cronograma físico, até o décimo quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do que foi **CONTRATADO**;

9.1.2.3. em caso de inexecução parcial ou total, bem como em caso rescisão unilateral do **CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE (art. 62 da Lei nº 8.666/93)** pela Administração, decorrente do que prevê este subitem, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até **30%** (trinta por cento) do valor total que foi **CONTRATADO** de acordo com a gravidade da infração.

9.2. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até **02 (dois)** anos (Lei nº 8.666/93, art. 87, inciso III).

9.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

9.3.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de **05 (cinco) anos** da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir o CAMPREV pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição. (Lei nº 10.520/02, art. 7º).

9.4. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa **CONTRATADA**.



9.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.6. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a **CONTRATADA** de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Instituto de Previdência Social do Município de Campinas - CAMPREV.

9.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – Este Termo de Contrato poderá ser rescindida de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do disposto no Capítulo III, Seção V, artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

11.1 - O presente contrato vincula-se as disposições contidas nos documentos especificados a seguir, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- (a) – Edital nº xx/2023 e seus anexos;
- (b) - Proposta Comercial da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - As dúvidas e questões oriundas da execução do presente Termo de Contrato serão dirimidas exclusivamente pelo Foro da Comarca de Campinas / SP, em detrimento a qualquer outro.

Assim, por estarem às partes ajustadas e contratadas, rubricam e assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campinas, xx de xxxx de 2023



ANEXO VI TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratante: Instituto de Previdência Social do Município de Campinas - Camprev

Contratada:

Protocolo:

Objeto: Registro de preços para fornecimento de microcomputadores novos e sem uso anterior, idênticos dentro de cada item, de uso corporativo, de acordo com as especificações técnicas definidas por este Termo de Referência.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*)_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);



e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: XX de XXX de 2023

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:



CAMPREV

Instituto de Previdência Social
do Município de Campinas

Rua: Pastor Cícero Canuto de
Lima, 401 – Parque Itália –
Campinas/SP
CEP: 13036-210
CNPJ: 06.916.689/0001-85

CPF:

Assinatura: _____